A SALVAGUARDA DA DEMOCRACIA E
OS NOVOS ENFRENTAMENTOS DO PORVIR
uma análise de conjuntura

Grupo de Grupo de Análise de Conjuntura–CNBB - Padre Thierry Linard – CNBB[1]
19 de novembro de 2022.

1 – Introdução

Toda eleição é sempre a oportunidade para se realizar uma verdadeira "tomografia da realidade brasileira", desvendando pistas para a construção de um novo amanhã, mas também manifestando as disfuncionalidades arraigadas na tessitura da vida social. A presente análise de conjuntura constrói-se justamente nesse importante momento de transformação societária para o Brasil, tendo como epicentro o segundo turno da eleição presidencial. Excepcionalmente, apresenta-se a pouco mais de um mês desde nossa última contribuição. Há, contudo, aspectos novos extraídos do cenário político e social vigente, que podem orientar a adoção de perspectivas para a passagem rumo ao próximo ano e o novo ciclo que se estabelecerá. A mudança na correlação de forças deu vitória ao candidato Luiz Inácio Lula da Silva, numa eleição cujo sentido ultrapassa os limites do mero partidarismo político, como sugerimos desde o título: num verdadeiro ato de salvaguarda da democracia no Brasil. **Explicitar algumas das articulações atinentes a esse processo é o objetivo do que segue**.

2 – Contexto intermediário entre primeiro e segundo turnos

Tomando como ponto pacífico que uma análise de conjuntura no atual momento da sociedade brasileira deve orientar-se pelo processo eleitoral conduzido ao longo dos últimos meses, com termo na eleição presidencial do último dia 30 de outubro, e de modo a acrescentarmos alguns indicativos à nossa última análise, com o título "A política brasileira e internacional"[2], devemos centralizar a dinâmica e os processos que constituíram a passagem do primeiro para o segundo turno, em que uma maioria conservadora mostrou sua força na composição do Parlamento e na escolha de governadores, mas, sobretudo, no que isso significa como estimativa ao futuro vindouro. No geral, os principais temas tornados explícitos desde nossa última reflexão se mantiveram, com destaque para a criação e veiculação de *fake news*, para a contestação da segurança do voto eletrônico e para a escalada de violência, sobretudo por parte do atual Presidente da República e candidato à reeleição e seus apoiadores a institutos do Estado como o Supremo Tribunal Federal (STF) e, por decorrência, ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Em pleno fluxo eleitoral, após os resultados emanados do primeiro turno que, ao contrário da previsão da maior parte das agências de pesquisa, configurou menor distanciamento percentual entre Lula e Bolsonaro, as campanhas de ambos os candidatos **passaram a focalizar três grupos predominantes no eleitorado**: *a)* os eleitores que no primeiro turno optaram por candidaturas alternativas, autodenominadas como "terceira via" ante a dicotomia predominante, como é o caso de Simone Tebet (MDB) e Ciro Gomes (PDT); *b)* o pouco expressivo número de eleitores que, mesmo comparecendo às zonas eleitorais, preferiram o voto branco (1,59%) ou nulo (2,82%); *c)* e, talvez granjeando maior atenção por parte das candidaturas, os eleitores que se

mantiveram em abstenção, optando por não se engajar explicitamente no processo de eleição, num percentual de 20,95%[3].

No campo dos discursos, alguns fenômenos merecem nossa atenção. O primeiro deles, embora se constitua como um recurso tradicionalmente acionado pelas campanhas políticas no Brasil, ganhou proporções antes não conhecidas na Eleição de 2018, tornado, desde a eleição do presidente Jair Bolsonaro, uma estratégia de governo e, sobretudo, de comunicação com suas bases aliadas. Falamos das chamadas *fake news*, que certamente também tiveram um papel definitivo na composição dos enredos no atual processo eleitoral. Por um lado, por sua fácil disseminação a partir das mídias digitais e, sobretudo, das chamadas *redes sociais*, como é o caso do *WhatsApp*, do *YouTube*, do *Instagram*, do *Facebook*, do *TikTok*, do *Messenger*, do *Linkedln*, do *Pinterest*, do *Twitter* e do *Snapchat*, em ordem da quantidade de usuários no Brasil, segundo checagem em agosto de 2022[4]. Nesse espaço digital, a velocidade de propagação de informações e densidade de fluxo, com conteúdos transmitidos em massa com o auxílio de robôs, não pode concorrer com os veículos institucionais de transmissão de notícias, mesmo que esses também tenham se adequado aos novos modelos comunicativos com base na internet. Por outro lado, reforçando a eficácia desse instrumento sob o ponto de vista do engajamento de tantas pessoas, está a familiaridade da linguagem posta em circulação, de fácil apreensão e entendimento e, mais que isso, capaz de estabelecer uma identificação direta por parte de seus fruidores. Não se trata, nesse sentido, de somente destacar o modelo das *fake news*, com as quais boa parte do eleitorado aprendeu a se relacionar desde 2018, desconfiando da internet, mas de uma nova configuração dessa estratégia, que passou a mapear cada indivíduo e a oferecer produtos (e, consequentemente, também candidatos à presidência) feitos sob medida[5].

Não obstante pesquisas indicarem o Brasil como um dos países em que mais se acredita em *fake news* no mundo[6], algumas estratégias foram postas em prática como formas de coibir a sua expansão da política a outros espaços da vida social[7]. Fazendo frente a esse panorama, destaca-se o protagonismo e a cada vez maior difusão de agências de checagem de notícia, que neste segundo turno tiveram um papel precípuo. O segundo turno também teve uma enxurrada de notícias falsas[8]. A esse fator também se aliaram as diferentes adesões às campanhas, seja de Jair Bolsonaro, seja de Lula. Num primeiro momento, os esperados apoios dos candidatos derrotados no primeiro turno, Ciro Gomes e Simone Tebet, ambos conferidos ao candidato do PT, embora apenas por parte de Tebet de forma engajada e explícita. Do lado de Jair Bolsonaro, o apoio veio predominantemente dos governadores eleitos em primeiro turno, como também de alguns senadores recém-eleitos, entre aliados e ex-ministros de seu governo. Há, porém, um novo segmento que deve ser considerado: a participação de atores midiáticos, advindos dos mais diferentes espaços de visibilidade social.

Para além da classe artística, que desde o início do pleito já se dividia nos apoios a um ou a outro candidato, vale a pena destacarmos o engajamento dos chamados *influenciadores digitais* (*influencers*), indivíduos com forte repercussão nas redes sociais e, sobretudo, com aderência e aceitação junto às parcelas mais jovens da população, como é o caso de Felipe Neto[9] e Casimiro, que, após ser ele mesmo alvo de *fake news*, declarou apoio a Lula[10] e passou a atuar como promotor de sua campanha de maneira mais intensa ao longo do período em preparação ao segundo turno. Também o papel do deputado federal André Janones (Avante-MG) junto às redes sociais se mostrou de fundamental importância para equilibrar o jogo de tenções no espaço digital[11]. Nos últimos dias da campanha, enfim, essa corrente de iniciativas contou com a participação de atores internacionais, conhecidos por seus papéis de super-heróis nos

filmes da Marvel, como Chris Hemsworth, Robert Downey Jr. e Mark Ruffalo. Os atores promoveram a hashtag #NemTodoHeróiUsaCapa[12].

A isso, em segundo lugar, pode-se acrescentar duas outras grandes frentes, com sensível impacto sobre o eleitorado: *a)* a **estratégia de deslegitimação dos resultados das pesquisas** de intenção de voto realizadas por institutos de abrangência nacional; *b)* e o **desempenho dos candidatos nos dois debates** em que ambos participaram na TV aberta. Quanto à primeira, as recentes eleições introduziram um novo mecanismo na percepção do processo, uma iniciativa deliberada de contestação das pesquisas eleitorais, cujos princípios de orientação foram confrontados com a consolidação de um novo modelo de eleitor: o que mente, de propósito, a sua intenção de voto. Conseguintemente, sobre a segunda frente enunciada, é preciso dizer que os dois debates promovidos pela TV aberta, em âmbito nacional, com os candidatos à presidência da república também ofereceram importantes contribuições para o delineamento do cenário que veio a se consolidar no último dia 30 de outubro, o que outra vez legitima a importância de estratégias comunicativas eficazes e de adesão popular.

Enfim, quanto ao argumento que se concentra na composição de um horizonte discursivo próximo ao eleitor, a candidatura de Jair Bolsonaro explorou um artifício que, do ponto de vista da cultura, pode ser encarado como bastante importante, qual seja: o **significado simbólico do *perdão* no espaço público**. Sobretudo na última semana que antecedeu à votação em segundo turno, a campanha publicitária de Bolsonaro focalizou o perdão como instrumento político. Pedia-se perdão aos que, eventualmente, pudessem ter se ofendido com o vocabulário ofensivo e, até chulo, do atual presidente. Em contrapartida, a mesma campanha acusava o candidato opositor e seu partido, o PT, de terem sido incapazes de semelhante gesto em relação aos seus supostos erros em passado recente. Esse aspecto, não pode ser desprezado na interpretação do atual contexto e do processo eleitoral. Há algum tempo a ciência política já debatia o alcance político do *perdão*, um conceito que, embora cultivado em âmbito religioso, representa uma estratégia eficaz no contexto das relações humanas para se lidar com o fato de que toda ação, desde quando deflagrada, passa a ter efeitos que são sempre irreversíveis[13]. O perdão, nesse sentido, tem a capacidade de fazer cessar a cadeia de violências instauradas, restabelecendo a tranquilidade e a harmonia para um recomeço na vida cotidiana, livre das insídias da justiça. Isto posto, mas também em contraste com a construção semântica e a recepção desse conceito pela cultura brasileira, cria-se a impressão de que, desde que se tenha pedido perdão, tudo está resolvido. A memória se submete à possibilidade do perdoar e inaugura-se um novo mundo de vivências, como puro início em contraste a tudo o que já se foi[14]. Na medida em que a campanha de Bolsonaro se valeu deste artifício, certamente logrou boa recepção por parte de muitas camadas da sociedade, para a qual as *desculpas* do então presidente se mostraram suficientes para a purificação social necessária a um novo voto de confiança. Isso não sem que se fizesse culpar o *imperdoável* delito do outro que sequer se submeteu ao subterfúgio do *perdão*, nesse caso, o candidato adversário. Este exemplo reforça a tese de que **o plano das ações públicas, isto é, da política, sofre interferências do campo da cultura**, que é o lócus por excelência para o exercício da política mesma, e pode justificar o alto percentual de votação obtido pelo candidato Bolsonaro, ainda que tenha saído derrotado.

Quando ao **constante embate entre Poder Executivo e Poder Judiciário**, o que impulsionou a prática da judicialização em todos os patamares da vida pública no país nos últimos anos, manteve-se a estratégia, embora com diferentes focos. Se no primeiro turno a maior parte das atenções se dirigiu ao questionamento sobre a lisura do

processo eleitoral, tendo a urna eletrônica como protagonista, cuja segurança tornou-se alvo de suspeitas, por ocasião do segundo turno – ainda que não se tenha assumido de maneira explícita a validade do voto pela urna eletrônica – contestou-se a distribuição e efetiva veiculação das campanhas publicitárias do candidato pelo Partido Liberal (PL) em estações de rádio por todo o país, sobretudo na região Nordeste[15]. Embora uma vez mais sem evidências concretas a respeito da acusação praticada, aliados do candidato Jair Bolsonaro provocaram a justiça eleitoral, em plena última semana antes da eleição, sobre a desproporcionalidade na transmissão das propagandas. De um ponto de vista da judicialização do processo, não obstante, esse tema se alia às solicitações de direito de resposta por parte das duas candidaturas, tanto a de Jair Bolsonaro quanto a de Lula, pelo que se deflagrou um verdadeiro impasse junto ao judiciário. Chegamos ao dia da eleição com contestações judiciais de diferentes ordens, como uma espécie de combustível à insuflação da população contra o resultado do pleito.

3 – Segundo turno: da instabilidade violenta à normalidade democrática

Seguindo um contexto de bastante efervescência política, de acirramento de tensões e de apropriação de diferentes estratégias de comunicação, chegamos ao dia 30 de outubro, em que se realizou o segundo turno da eleição presidencial do Brasil, em 2022. A interpretação do **dia da eleição**, porém, não se pode realizar isolada dos últimos momentos da campanha política, e, de forma mais específica, de alguns **acontecimentos que se deflagraram nas imediações da semana imediatamente anterior ao pleito**, como segue em dois exemplos.

O primeiro, ocorrido na segunda-feira, 24 de outubro, tem como personagem de destaque o ex-deputado federal e aliado do presidente Bolsonaro, Roberto Jefferson. Impedido por decisão judicial de se candidatar à presidência da república pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), fora substituído pelo contraditório Pe. Kelmon Souza, cuja vinculação institucional e eclesiástica têm difícil identificação, mas que acabou por demonstrar-se forte aliado do candidato Jair Bolsonaro nos debates públicos de que participou. Surpreendido em sua residência, na manhã do mesmo dia 24, por oficiais da Polícia Federal que cumpriam o mandado de seu retorno ao regime fechado, Roberto Jefferson reagiu com tiros e arremesso de granadas contra a força policial. Agentes federais foram feridos por estilhaços[16], os mesmos estilhaços que, dias após, também foram encontrados em casas da vizinhança[17]. Após alguma negociação, envolvendo o Ministro da Justiça, Anderson Torres, acabou por entregar-se.

O segundo incidente tem como protagonista a atual deputada Carla Zambelli (PL/SP), conhecida como uma das mais arraigadas congressistas da base de apoio ao atual presidente da república. Na tarde de sábado, 29 de outubro, a deputada, cercada por seus assessores e seguranças, foi flagrada em gravação apontando uma arma e perseguindo um cidadão negro[18]. Apesar de o vídeo não mostrar situação de agressão sofrida pela deputada, ela alega ter agido em legítima defesa, após ser vítima de ataques verbais à sua honra. Trata-se de mais um exemplo de violência propagado pela ideologia de extrema-direita que se instalou na política brasileira, inclusive conquistando ampliação nas cadeiras do Congresso Nacional conforme os resultados desta eleição, como apontamos em nossa última análise de conjuntura[19]. O ocorrido com a deputada Zambelli encontra-se em análise pelo TSE, por possivelmente tratar-se de crime eleitoral, já que resolução aprovada em 29 de setembro de 2022 acrescenta o artigo 154-A à n. 23.669/2021, tratando especificamente da proibição de porte de armas por parte de colecionadores, atiradores e caçadores (os chamados CACs) nas 24 horas que antecedem e nas 24 horas que sucedem o pleito.

O **dia da eleição, desse modo, foi recebido num quadro de acirramento de tensões e violências**, sobretudo por parte de agentes constituídos de poder cívico e mandatários de cargos eletivos. Isso em articulação aos flagrantes questionamentos do estado democrático de direito, promovidos pelo candidato Jair Messias Bolsonaro. Tais fatos, em sintonia com um conjunto de fatores, pode ser sintetizados nos seguintes pontos: *a)* a insistente admissão de Bolsonaro de aceitar o resultado das eleições apenas mediante um processo transparente, o que mantém aceso o questionamento sobre a lisura da urna eletrônica na computação dos votos[20]; *b)* a recusa por parte do Ministério da Defesa de publicizar o resultado da perícia de iniciativa das Forças Armadas à segurança das urnas eletrônicas no primeiro turno, sob alegação de que apenas veiculariam os resultados após o final das eleições[21] – criando uma espécie de reforço ao argumento de desconfiança propagado pelo governo. O documento realmente foi publicado, cerca de duas semanas após o segundo turno. Como atestado pelas demais entidades fiscalizadoras, não se constatou a existência de nenhuma fraude ou inconsistência por parte das urnas eletrônicas[22].

Situações como as destacadas, por si sós, já demonstram o **momento anômalo em que se situaram as últimas eleições**, marcadas por diferentes formas de expressão da violência e por um contexto de desconfiança em relação à validade do resultado. Desconfianças que se estendiam até mesmo à aceitação por parte do atual governo no caso de uma vitória expressiva do candidato Luiz Inácio Lula da Silva. Isso porque à margem dos atores centrais, outras manifestações de violência e desrespeito à lei eleitoral pulularam em diferentes regiões do país. Em Goiás, o Ministério Público Estadual, em plena semana que antecedia a votação em segundo turno, enviou uma notificação à Polícia Federal questionando o comportamento de seus agentes que se recusaram a prender indivíduos em flagrante situação de crime eleitoral, como no caso do Frigorífico que anunciou promoção de picanha durante todo o domingo da eleição em primeiro turno ao preço de R$ 22,00 – em alusão ao número do candidato à reeleição[23]. Ou, mesmo, os próprios oficiais da Polícia Militar de São Paulo, que se recusaram a prender a deputada Carla Zambelli por crime eleitoral, conforme mencionado acima.

Ainda que, apesar dos temores sugeridos pelo contexto prévio e pelos discursos de campanha, no dia 30 de outubro a votação tenha transcorrido de maneira predominantemente normal, conforme o esperado pelos Tribunais Regionais Eleitorais, tentativas de obstaculização foram vistas em diferentes espaços do país. Eleitores da cidade de Garanhuns, no Pernambuco, denunciaram ações da Polícia Rodoviária Federal (PRF) impedindo que várias pessoas chegassem até as suas seções de votação[24]. Isso à revelia da decisão do Ministro Alexandre de Moraes, em 29 de outubro, que proibia que a PRF realizasse operações relacionadas ao transporte de eleitores. Situações semelhantes de denúncia se repetiram em outras localidades da região Nordeste. Embora esses casos tenham sido reportados durante todo o dia da votação, pode-se dizer que as eleições no segundo turno ocorreram pacificamente, com acessibilidade aos eleitores, como no exemplo do transporte público gratuito, conforme decisão do TSE, de 27 de outubro[25]. Em grande medida, isso se deve ao esforço e atuação da Justiça Eleitora, que, à guisa de ilustração, nos dias anteriores e no próprio dia da votação, derrubou centenas de sites com informações falsas[26].

4 – O resultado do segundo turno e sua repercussão

Iniciada pontualmente às 17h do dia 30 de outubro, a apuração dos votos no segundo turno da eleição presidencial transcorreu com bastante celeridade.

Aproximadamente às 21h30, o presidente do TSE, Ministro Alexandre de Moraes, acompanhado da presidente do STF, Ministra Rosa Weber, do presidente do Senado da República, Rodrigo Pacheco e de outras autoridades, pronunciou a declaração do vencedor do pleito, reconhecendo eleito o candidato Luiz Inácio Lula da Silva. Em resposta a uma pergunta feita na coletiva de imprensa que se seguiu ao pronunciamento oficial da Justiça Eleitoral, sobre supostas contestações ao resultado das urnas, Alexandre de Moraes afirmou que: "não vislumbramos nenhum risco real ou de contestação, o resultado foi proclamado, o resultado será aceito, e aqueles que foram eleitos [...] serão diplomados dia 19 de dezembro e tomarão posse dia 1º de janeiro"[27], de modo a não haver margem para questionamentos em relação a isso. Também o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, fez pronunciamento em cadeia nacional assegurando o compromisso com a democracia e aceitando o resultado das eleições, sem questionamentos de quaisquer espécies.

Desde divulgado o resultado, uma série de outras autoridades, nacionais, como o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira – que foi o primeiro a fazê-lo publicamente –, os ministros do STF e ex-presidentes do Brasil, e internacionais, como é o caso do presidente francês Emmanuel Macron[28], do presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, do presidente da China, Xi Jinping, do primeiro-ministro do Reino Unido, Rishi Sunak[29], entre líderes de outros países, manifestaram seu apoio e assentimento à soberania popular demonstrada pelas eleições gerais, com ampla participação da população. Se, por um lado, o forte apoio internacional demonstra a credibilidade adiantada por países de longa tradição comercial com o Brasil ao novo governo, por outro, atua como um dos instrumentos inibidores a uma eventual reação contra o resultado das eleições. O **apoio recebido pelos líderes estrangeiros** é sinal de esperança e de confiança no futuro que se irá construir, com possibilidade de significativa retomada do investimento estrangeiro no país. É também o que pode ser sinalizado sobretudo com ênfase para a questão ambiental, já que uma das primeiras demonstrações de Lula em âmbito internacional como presidente eleito do Brasil foi a participação na COP27, no Egito, ainda neste novembro de 2022[30]. Em seu discurso, Lula deixou claro que o Brasil pretende retomar o protagonismo em agendas ambientais e multilaterais, com reação de euforia por parte de aliados internacionais a essa causa[31]: "[...] Estou hoje aqui para dizer que o Brasil está pronto para se juntar novamente aos esforços para a construção de um planeta mais saudável. De um mundo mais justo, capaz de acolher com dignidade a totalidade de seus habitantes – e não apenas uma minoria privilegiada"[32].

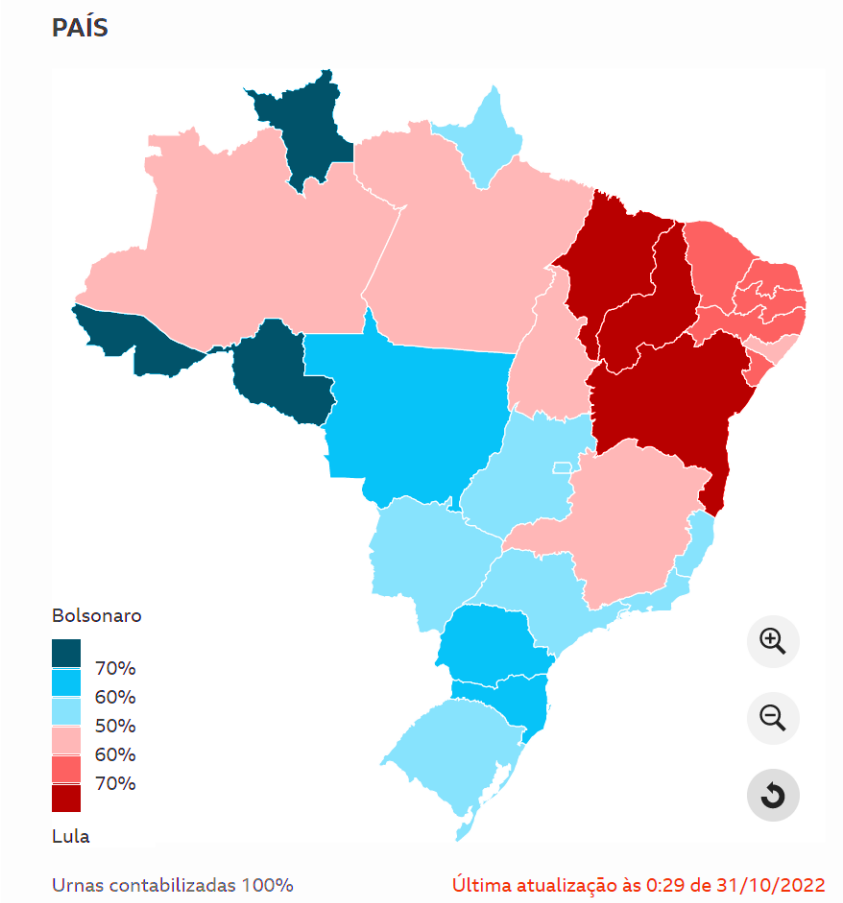
Após o término das apurações, a Justiça Eleitoral publicou o resultado definitivo, em que o candidato do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, obteve 50,90% dos votos válidos, em contraste com os 49,10% recebidos por Jair Messias Bolsonaro, do PL. Lula saiu vencedor da disputa com apenas 1,8% de votos de frente, ou 2.139.645 votos nominais[33]. É curioso que a diferença de votos válidos entre os candidatos tenha sido menor que a totalidade de votos brancos e nulos deste segundo turno: cerca de 3,9 milhões de eleitores anularam o voto, o que representa 3,16% no total[34]. Rompendo uma tradição histórica, além disso, também o número de abstenções se mostrou levemente menor no segundo turno, 20,58%, em comparação com o primeiro, movimento anômalo quando comparado com outras edições do pleito eleitoral e a menor abstenção para uma eleição desde 2006[35].

Um **resultado tão estreito certamente reflete o contexto de divisão em que o país se encontra envolto**, com risco para a manutenção da estabilidade política e da governabilidade pelos que irão assumir a condução do Poder Executivo em âmbito nacional. Ainda assim, a derrota de Bolsonaro tem um significado bastante importante,

não conseguindo se reeleger apesar de ter se valido da máquina pública, através de instrumentos como: o adiantamento do auxílio Brasil e o controle do preço dos combustíveis, especialmente do diesel, a liberação do Orçamento Secreto (considerado o maior esquema de corrupção institucionalizada da história, pelo diretor da seção brasileira da Transparência Internacional[36]) para a campanha de candidatos de seu espectro, e, enfim, o uso da Polícia Rodoviária Federal a seu favor – tendo conseguido fazer dela o que não conseguiu junto à Polícia Federal[37].

Ao perder as eleições gerais, enfim, Bolsonaro se torna o primeiro presidente da república candidato à reeleição, desde 1995, quando da instituição desta possibilidade, a não se reeleger. Mesmo que tenha sido derrotado por tão pouco, trata-se de um gesto que também deve ser interpretado em vista de seu simbolismo, como expressão da recusa da maior parcela da população brasileira em se manter filiada aos ideais representados por Bolsonaro e seu governo, ideais de extrema-direita que precisam ser corajosamente denunciados. E isso a despeito de, como realçado em nossa última análise de conjuntura, parte significativa dos eleitos para mandatos no Congresso Nacional terem algum vínculo explícito com esse espectro político – como é o caso, entre outros, do deputado federal eleito por Minas Gerais Nikolas Ferreira[38].

Sobre a distribuição dos votos em todo o território nacional, o gráfico abaixo[39] indica a predominância de votos aos então candidatos Lula e Bolsonaro, numa gradação de cores, mais ou menos intensas. No primeiro turno, Bolsonaro havia tido maioria de votos em 13 estados brasileiros, enquanto Lula, em 14. Esse número se inverteu no segundo turno, em que Lula obteve maioria em 13 estados, com ênfase para as regiões Norte e Nordeste, e Bolsonaro em 14.



É preciso observar, contudo, que em estados como São Paulo, em que Bolsonaro obteve a maioria dos votos válidos, cidades que representam importantes colégios eleitorais em termos numéricos, como a capital e sua região metropolitana, deram vitória ao candidato Lula. O mesmo aconteceu com outras capitais, como é o caso de Porto Alegre. Estados como o Amapá, Tocantins e Minas Gerais, ao contrário, tiveram votação predominante ao candidato do PT nas cidades do interior, embora maior expressividade ao candidato Bolsonaro em suas capitais, como Macapá, Palmas e Belo Horizonte.

A questão religiosa ganhou uma maior definição no segundo turno. De um lado, houve o que aqui podemos chamar de "manipulação religiosa", que colocava uma permanente associação da maioria de votos de evangélicos e de católicos em um campo e noutro. A esse percentual, posteriormente, também se passou a incluir os que se declaram "sem religião"[40]. Veja-se uma projeção a partir dos estudos demográficos de José Eustáquio Diniz Alves, da UFMG[41]:

Apesar do entendimento distinto da matéria, restou evidente que **o resultado das eleições se deveu aos que, sob o tema da religião, declaram-se católicos**, como mostra o quadro acima.

Outro fator digno de nota é o **grande silêncio instaurado pelo candidato derrotado desde a proclamação dos resultados das eleições**[42]. Sua última manifestação pública até a tarde de terça-feira após o dia de votação se deu em sua conta no Twitter, na noite do dia 29, em que outra vez identificava-se desde uma hermenêutica religiosa, como oponente numa luta de forças entre luz e trevas, contra as "ciladas do Diabo" e os "dominadores deste mundo de trevas", citando um trecho da carta de Paulo aos Efésios (6,11-12)[43]. Isso em contraste com o clima de insuflação dos ânimos por ele criado nos dias imediatamente anteriores ao pleito, o que acabou criando reações de diferentes proporções naqueles que integram o grupo de seus apoiadores. Em contraponto, o candidato eleito realizou um discurso lido e chamando à concórdia. Em seguida, juntamente com seu vice, agradeceu a vitória e reafirmou a importância da ampla frente democrática formada e vitoriosa no pleito.

A manhã de segunda-feira, 31 de outubro, deu vasão a uma série de tumultos, capitaneados por apoiadores do presidente em diferentes setores, mas, sobretudo, no movimento dos caminhoneiros. Dessa vez, uma iniciativa que não esteve propriamente ligada aos acontecimentos de 2018[44], mas movida por forças isoladas[45]. Na terça-feira, dia 01 de novembro, destacavam-se notícias de paralização de fluxo em 18 Estados do Brasil, incluindo o Distrito Federal[46]. Na tarde do mesmo dia, porém, uma nota da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transporte Público e Logística (CNTTL), denunciou que vários caminhoneiros estariam sendo tratados como reféns por grupos de extrema-direita armados, para que aderissem à manifestação[47]. A situação se transformou no centro das atenções, corroborada pela insistência de Bolsonaro em manter-se em silêncio, como também pela resistência de parte da direção geral da PRF, sobretudo de seu diretor-geral, Silvinei Vasques, em aderir às determinações do STF sobre o caso[48]. O quadro apenas começou a se reverter quando o Ministro Alexandre de Moraes autorizou aos governadores o uso da polícia militar nos Estados para a remoção das barreiras, incluindo as que estivessem localizadas em rodovias federais[49]. Também houve situações em que torcidas organizadas de times de futebol, como a Gaviões da Fiel e a Galoucura, assumiram o papel da força policial, motivando a desobstrução das vias ocupadas pelos manifestantes[50].

Em face desses acontecimentos, podemos questionar: **quais potencialidades eles encerram?** Restando claro não se tratar de manifestação popular, mas **um movimento propositalmente orquestrado por forças apoiadoras do candidato derrotado**, que agora tendem a alcançar autonomia em relação à sua figura, estamos diante de uma estratégia para a legitimação de consequentes ondas de violência[51]. Violências que alcançam, inclusive, representantes da hierarquia eclesiástica, como é o caso das recentes ameaças sofridas por Dom Vicente de Paula Ferreira, bispo auxiliar de Belo Horizonte, por um indivíduo portando arma de fogo[52]. Ou autoridades do Estado, como os ministros da Suprema Corte, hostilizados por manifestantes brasileiros em viagem recente aos Estados Unidos[53]. Isso especialmente num contexto de insubordinação de parte das forças de segurança do Estado. Por exemplo: o que justifica a permanência de um protesto por intervenção federal diante de instalações do Exército brasileiro[54] sem que sejam tomadas as devidas providências quanto à retirada dos manifestantes? Em recente nota conjunta, as Forças Armadas se pronunciaram afirmando o direito dos manifestantes de se manterem às portas dos quarteis, mas que, ainda assim, o risco de golpe é descartado[55]. Outro exemplo: como interpretar a

participação de agentes da PRF[56] em iniciativas de questionamento da ordem democrática, pedindo a anulação do resultado das eleições? O cenário atual **transparece intenções de insurgência contra a ordem estabelecida**, com o claro propósito de não apenas tumultuar o momento, mas de legitimar uma ação autoritária por parte de forças cujo papel é estar a serviço da democracia, não contra ela. É preciso vigilância.

Enfim, após convocação de coletiva de imprensa por volta das 15h do dia 01 de novembro, o presidente Jair Bolsonaro resolveu se pronunciar publicamente, às vésperas de completar 48 horas de silêncio desde a publicização do resultado das eleições. Às 16h40, Bolsonaro surgia no saguão principal do Palácio da Alvorada, cercado de apoiadores, entre ministros e políticos eleitos. Apresentou-se sorrindo ao público de expectadores e leu o seguinte discurso, que, dada a brevidade, aqui transcrevemos integralmente: "Quero começar agradecendo os 58 milhões de brasileiros que votaram em mim no último dia 30 de outubro. Os atuais movimentos populares são fruto de indignação e sentimento de injustiça de como se deu o processo eleitoral. As movimentações pacíficas sempre serão bem-vindas, mas os nossos métodos não podem ser os da esquerda, que sempre prejudicaram a população, como invasão de propriedades, destruição de patrimônios e cerceamento do direito de ir e vir. A direita surgiu, de verdade, em nosso país. Nossa robusta representação do Congresso mostra a força dos nossos valores: Deus, pátria, família e liberdade. Formaram diversas lideranças pelo Brasil. Nossos sonhos seguem mais vivos do que nunca. Somos pela ordem e pelo progresso. Mesmo enfrentando todo o sistema, enfrentamos a pandemia e as consequências de uma guerra. Sempre fui rotulado de antidemocrático e, ao contrário dos meus acusadores, sempre joguei dentro das 4 linhas da Constituição. Nunca falei em controlar a mídia e as redes sociais. Enquanto presidente da República e cidadão, continuarei cumprindo todos os mandamentos da nossa Constituição. É uma honra ser o líder de milhões de brasileiros que, como eu, defendem liberdade econômica, religiosa, de opinião, a honestidade e as cores verde e amarela da nossa bandeira. Muito obrigado"[57].

Ao contrário do esperado, não houve questionamento das eleições, não houve nova tentativa de tumultuar o processo. Embora também não tenha havido reconhecimento explícito da vitória de Lula e, muito menos, parabenização à chapa opositora por ter vencido nas urnas. Todas as menções foram subliminares, incluindo a endereçada aos manifestantes que obstaculizavam o tráfego em todo o país. Sua motivação foi considerada legítima, mas não os seus métodos, identificados aos da esquerda. Outra vez, como nas reivindicações de 07 de setembro em 2021 e em 2022, o presidente não correspondeu completamente à expectativa de seus apoiadores: não deflagrou um estado de exceção, não pediu intervenção militar e fechamento dos poderes constituídos, não travou a esperada guerra jurídica a fim de comprometer a posse dos eleitos. Resignou-se, enfim e em aparente contragosto, a cumprir o protocolo, como último gesto de seu governo. A pequenez do discurso revelou a pequenez do "rei nu", como sempre foi. Ele emprestou a imagem ao neofascismo brasileiro, mas não é seu criador e nem será lembrado por ele.

Em nossa avaliação, talvez por temor às possíveis retaliações que passará a enfrentar a partir de 1º de janeiro de 2023, quando não mais gozará de privilégio de foro. As acusações que hoje existem contra ele passarão a ser julgadas pela justiça comum, e há rumores de possibilidade de prisão e outras consequências processuais, como a inelegibilidade[58]. Mais que isso, porém, o silêncio de Bolsonaro num momento tão fundamental para o futuro do Brasil pode sinalizar a descentralização de sua figura, como referência ao bolsonarismo, de modo que progressivamente se exigirá o surgimento de novas lideranças para a extrema-direita brasileira. Como dissemos em

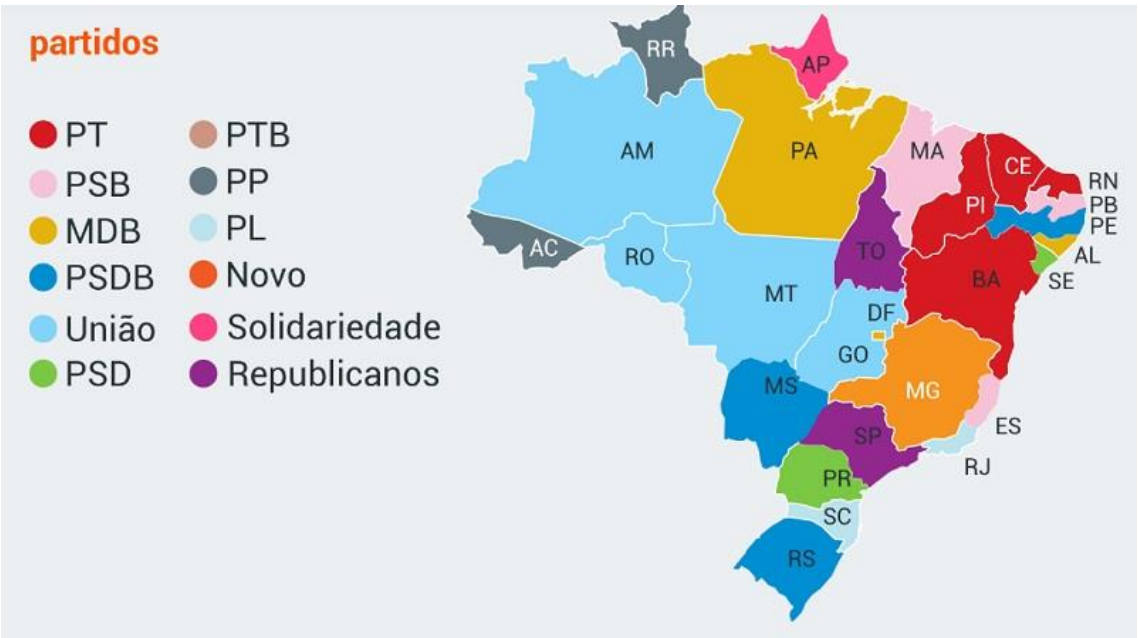
análises passadas, o **bolsonarismo – que agora precisa ser denominado explicitamente como a extrema-direita – se apresenta como um fenômeno arraigado na mentalidade brasileira**, com estimativa de longevidade para além de Bolsonaro, e isso parece já estar se consolidando neste pós-segundo turno. Num vídeo que circula na internet, um manifestante diz explicitamente: "Não queremos mais Bolsonaro. Queremos o exército!"[59] Note-se, por último, as inúmeras manifestações em todo o país ao longo do feriado de 02 de novembro[60], contra a eleição de Lula, mas também em contraste com as indicações dadas pelo próprio presidente, inclusive em vídeo propagado na internet, pedindo que todos reconhecessem os resultados da eleição e voltassem para casa[61].

5 – Prospecções sobre o futuro e desafios ao novo governo

O processo de transição foi iniciado no dia 03 de novembro. Da parte do governo federal, o Ministro-chefe da Casa Civil, Ciro Nogueira, será o responsável por conduzi-lo[62]. Da parte do governo eleito, esse será o papel do vice-presidente eleito, Geraldo Alckmin (PSB)[63], uma escolha acertada do ponto de vista de sua posição de centro, com destaque para a capacidade de diálogo com diferentes gradações do espectro político e, desse modo, capaz de "aparar as arestas" que certamente virão. Esse aspecto também se reflete na real **composição do novo governo**, que deverá **ter espaço para ampla sustentação e para uma aliança pluripartidária**, sem que isso signifique a repetição de uma lógica já bastante desgastada no embate cargos *versus* apoio.

Além disso, outro fator diretamente refletido na governabilidade será a definição dos dirigentes do Congresso Nacional, que terá melhor clareza a partir de fevereiro de 2023. Os atuais dirigentes, Artur Lira (PP/AL), na Câmara, e Rodrigo Pacheco (PSD/MG), no Senado, terão ainda muito a construir se for o caso de tentar uma reeleição. Importante definir o papel dos novos partidos políticos, que, como já dito, terão uma importância pelo crescimento de alguns partidos, como o PL, na relação com a base de apoio ao novo governo, que tende a se expandir, e a oposição mais combativa que a nova configuração do parlamento trará inexoravelmente, reduzindo em muito o tempo de boa receptividade que tradicionalmente recebe o incumbente[64].

Do ponto de vista do pacto federativo, o novo governo irá lidar com um universo de governadores (re)eleitos com novos protagonistas. Veja-se o mapa[65] das urnas:

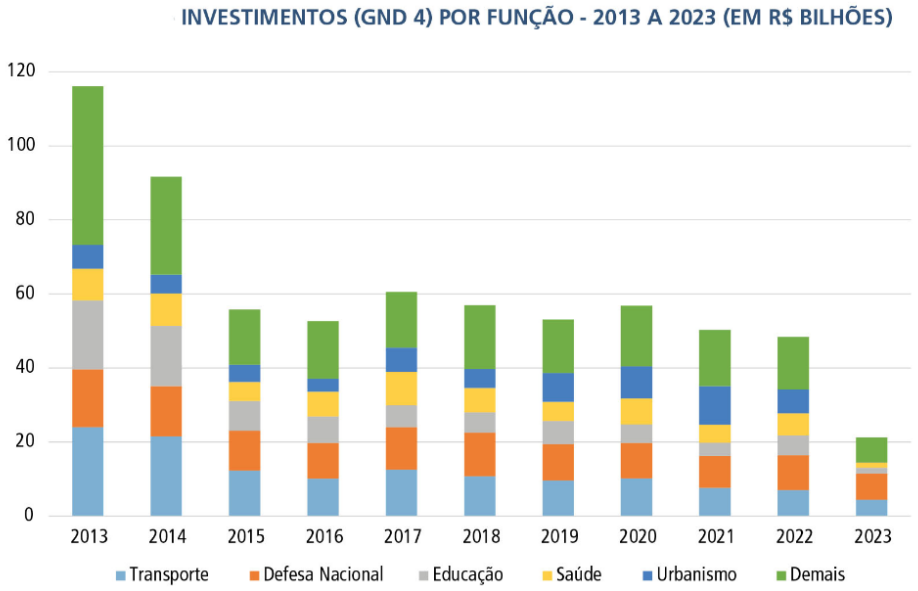


Apesar de um **recorde de governadores reeleitos** desde 2006 – dos 20 candidatos, 18 confirmaram o segundo mandato, sendo que apenas em dois estados, São Paulo e Santa Catarina, os eleitores escolheram em não dar continuidade ao governo atual – as eleições de 2022 trouxeram um quadro distinto em relação aos partidos e a relação com a federação. Partidos como o Republicanos governará mais brasileiros, com 48,26 milhões de pessoas (SP e TO). O Partido dos Trabalhadores (PT) elegeu quatro governadores e será a segunda legenda a governar mais brasileiros, com 31,08 milhões de pessoas (BA, CE, PI e RN), e o Partido Liberal (PL) teve dois governadores eleitos e será a terceira legenda com mais governados no Brasil[66].

Nesse quadro, haverá a necessidade de construir uma relação mais segura com os estados e os diversos partidos que, de início, tende a atrair mesmo partidos e governadores que estiveram no outro campo. Não se prevê uma grande oposição desses Estados, até por conta dos números das eleições dos que votaram em Lula, independentemente de quem venceu em cada uma das localidades. Exceto casos mais radicalizados, a tendência é que a lei gravitacional da União, no modelo federativo brasileiro, reduza os desgastes do primeiro ano.

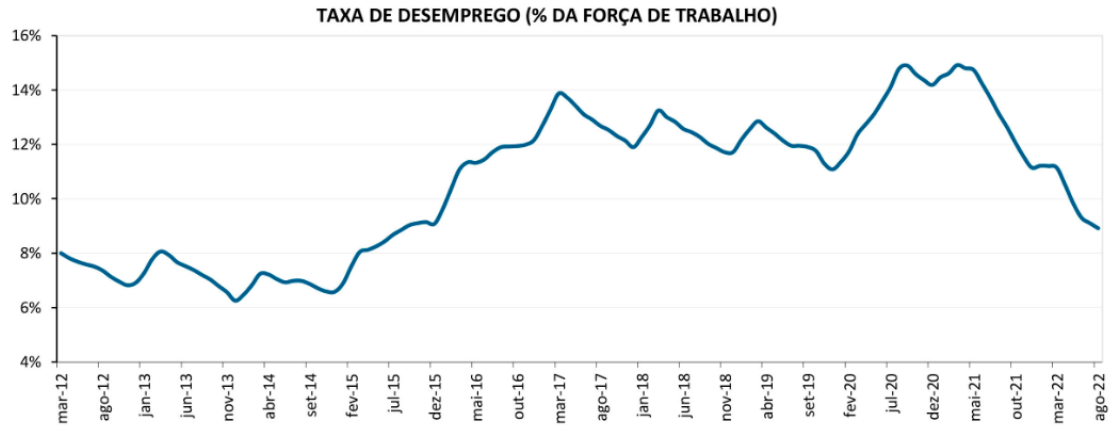
Com base no cenário socioeconômico, por conseguinte, para além de **um tecido social bastante fragmentado e dividido**, o novo governo de Lula herdará um país com vários limites a serem superados, os quais, com base na apresentação realizada pela Agência Lupa[67], tentamos sintetizar no que segue.

Do ponto de vista econômico, o governo atual projeta que fechará as contas no vermelho em 2023, com déficit primário projetado em R$ 63,7 bilhões. Para conseguir honrar esse valor extra, a União deverá emitir mais dívida. Apenas os gastos previstos com as emendas do relator, também conhecidas como Orçamento Secreto, são da ordem de R$ 19,4 bilhões. O gráfico a seguir apresenta a explícita queda nos investimentos em áreas estratégicas para o desenvolvimento do país, bem como para a manutenção de suas atividades essenciais, como Saúde, Educação, Defesa nacional, Transporte, entre outras. Isso se deve, na análise de técnicos ligados às duas Casas Legislativas, à maior participação do Parlamento na definição do orçamento. Por exemplo, o montante autorizado para 2022 é de apenas 41,7% do executado em 2013. E, em relação aos investimentos por função, os aportes da Defesa Nacional correspondem a 33% dos recursos.



Fontes: SIGA Brasil[, SIOP]. Para dados até 2021: executado; 2022: autorizado em 08/09/2022; 2023: PLOA. Dados a preços projetados para o início do exercício financeiro de 2023. Dados até 2022: utilização do IPCA apurado até julho/2022, e o estimado para o restante de 2022, conforme Relatório Focus de 05/08/2022. Dados de 2023: deflacionados pelo IPCA estimado de 2023, conforme Relatório Focus de 19/08/2022.

Outro aspecto importante a ser considerado, do ponto de vista da seguridade social e acessibilidade aos mecanismos básicos para uma vida digna, é **a relação entre as taxas de desemprego e o crescimento da desigualdade**. A partir de agosto é possível observar uma tendência de queda na taxa de desemprego, que foi para 8,9%, a menor taxa desde julho de 2015[68], segundo dados da Pnad. Sobre isso, conforme relatório do Instituto Fiscal Independente do Senado Federal, a taxa de desemprego recuou 4,2 pontos percentuais[69]. Por si só, no entanto, esse dado deve ser questionado com base na modificação da metodologia de observação, que passou a incluir a categoria de microempreendedor individual, os MEI, entre os empregados. O que isso poderá significar ao longo das próximas décadas é difícil de prever, embora situações vizinhas quiçá orientem nossa interpretação. O Chile, por exemplo, testemunha o aumento nas taxas de suicídio entre a população mais idosa, sofrendo a carestia e sem condições de se aposentar[70].

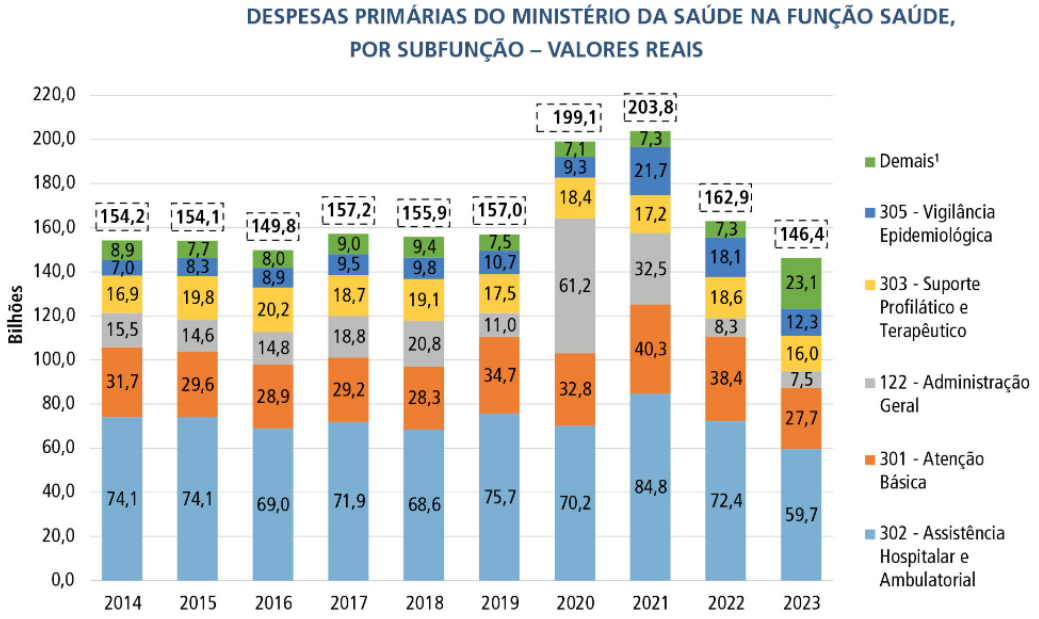


Fonte: IBGE. Elaboração: IFI.

No entanto, em contraste com a queda do desemprego, o IBGE constatou que a **desigualdade social voltou a crescer no Brasil**[71] – especialmente quando se contrasta a média por cor e raça, como revelam dados de recente estudo produzido pelo IBGE[72]. Após breve estabilidade em 2019 (0,544) e queda em 2020 (03524), o índice de Gini do rendimento médio mensal domiciliar por pessoa aumentou em 2021, voltando ao patamar de dois anos antes (0,544). Quanto maior o Gini, maior a desigualdade. A par disso, o rendimento médio mensal real domiciliar per capta em 2021 foi de R$ 1.353,00, o menor na série histórica da PNAD[73] contínua, iniciado em 2012. Entre 2020 e 2021, 3,8 milhões de pessoas residentes nas metrópoles brasileiras entraram em situação de pobreza, pelo que o problema da insegurança alimentar voltou ao centro das discussões[74]. Uma realidade que reflete o contraste gritante entre uma elite financista e a maior parcela do povo brasileiro. Prova disso é que o mesmo mercado que suportou os constantes furos no teto de gastos praticados pelo governo de Bolsonaro – cinco furos, no total de quatro anos[75] –, mostra-se relutante em relação à proposta do novo governo com vista à permanência e à ampliação dos programas de auxílio social.

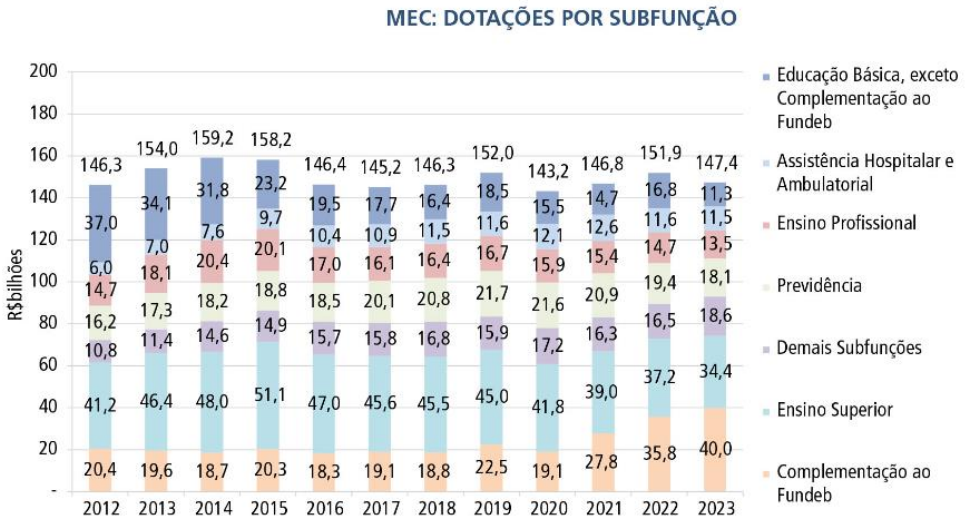
Quando esse dado é contrastado com outros fatores articulados, ressalta-se ainda mais a realidade de fragilidade a que muitas pessoas estão submetidas diariamente. Esse é o caso, quando se leva em conta os indicadores para a área da Saúde. O Brasil acumula quase 700 mil mortes por decorrência do novo coronavírus. Ainda no final de 2021, mais de 80% da população já havia tomado ao menos duas doses dos imunizantes disponíveis. No entanto, a vacinação para outras doenças tradicionais despencou. Em abril de 2022 a Unicef alertou: em apenas 3 anos, a cobertura de vacina contra sarampo, caxumba e rubéola (Tríplice Viral D1) no Brasil caiu de 93,1%[76], em 2019, para 71,49%[77], em 2021. Aproximadamente três em cada dez crianças brasileiras não receberam as vacinas necessárias para protegê-las.

Compondo esse horizonte, conforme dados do Senado Federal, o valor previsto para a Saúde em 2023 é o mais baixo desde 2014[78]. As despesas primárias do setor, que alcançaram R$ 203,8 bilhões no auge da pandemia de coronavírus em 2021, devem cair para R$ 146,4 bilhões em 2023, em valores reais, corrigidos pela inflação (conforme demonstra o gráfico abaixo). A redução prevista é de 10,1% em comparação com o ano passado.



Fontes: SIGA Brasil e SIOP. Para dados até 2021: executado; 2022: autorizado; 2023: PLOA. Dados a preços projetados para o início do exercício financeiro de 2023. Dados até 2022: utilização do IPCA apurado até julho/2022, e o estimado para o restante de 2022, conforme Relatório Focus de 05/08/2022 (atualizações dos últimos 30 dias). Dados de 2023: deflacionados pelo IPCA estimado de 2023, conforme Relatório Focus de 19/08/2022 (atualizações dos últimos 30 dias). (1) Entre as demais subfunções, foram incluídas as dotações relativas às reservas específicas de que trata o art. 13, § 5º, da LDO, destinadas ao atendimento das emendas individuais, de bancada estadual e de relator-geral, classificadas com a função "Reserva de Contingência".

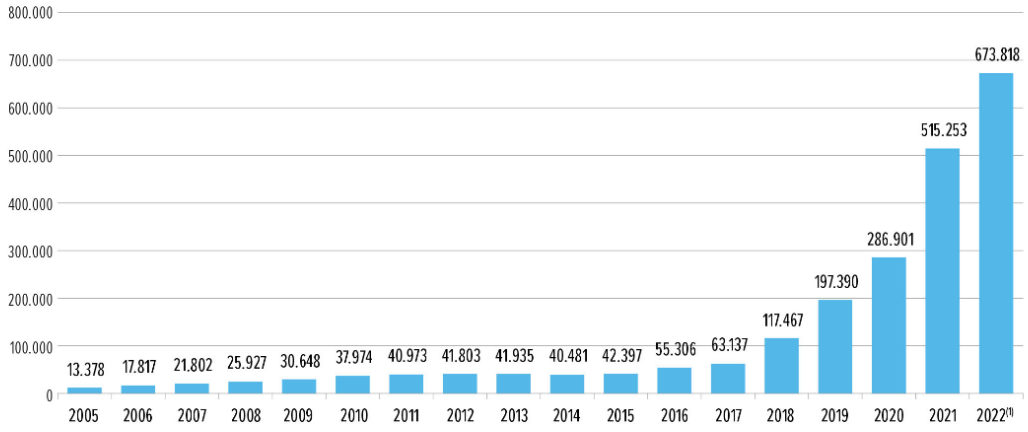
Tudo isso sem mencionar que os recursos orçamentários destinados à pasta da Educação também estão em queda, esses desde 2014, quando as despesas do órgão chegaram a R$ 159,2 bilhões. Conforme o gráfico abaixo, nota-se acentuada baixa no valor alocado para as diferentes etapas do ensino – superior, educação profissional e educação básica. Como previsão para 2023[79], espera-se um valor menor que o praticado nos últimos anos, colocando em risco a manutenção do serviço prestado por instituições em todo o país. Conquanto aos sucessivos cortes nas verbas destinadas à Educação, vale lembrar que, de acordo com o modelo adotado no Brasil, mais de 90% da pesquisa realizada em todas as áreas do conhecimento tem ligação direta com os Programas de Pós-graduação *stricto sensu*, de modo que a escassez de recursos impacta não apenas os domínios do ensino, mas da produção de conhecimentos em nível técnico e com alto potencial de inovação, reduzindo a competitividade do país no cenário internacional e inviabilizando a continuidade de investigações com impacto sensível para a vida social em seus diferentes âmbitos.



Fontes: SIGA Brasil e SIOP. Para dados até 2021: executado; 2022: autorizado; 2023: PLOA. Dados a preços projetados para o início do exercício financeiro de 2023. Dados até 2022: utilização do IPCA apurado (de 2012 a 2021) e do estimado (para 2022), conforme PLOA 2023.

Em correlação com as dimensões elencadas, um dos focos de grande preocupação por parte dos eleitores e que também foi objeto de várias *fake news* é o tema da Segurança Pública. É alarmante o contraste entre os dados de habitantes e o índice de homicídios praticados no mundo. O Brasil, que tem 2,7% da população mundial, registra 20,4% dos homicídios do planeta. Em 2021, por exemplo, foram 47.503 assassinatos – ou 130 mortes por dia, segundo dados divulgados no Anuário Brasileiro da Segurança Pública[80], uma produção do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Ao número dos assassinatos, porém, apenas se soma uma série de outras formas de violência, como é o caso do estupro, que em 2021 teve alta de 4,2% em relação a 2020, com 75,5% de vítimas entre vulneráveis e incapazes de consentir[81]. O índice de feminicídios no Brasil também é alarmante. Apenas em 2021, foram 1.341 e em 81,7% dos casos o autor do crime é o próprio companheiro ou ex-companheiro da vítima[82]. Em partes, como temos apontado, o aumento da violência acompanha o crescimento de registros e a posse de armas no país[83]. Tendo em conta o quantitativo de pessoas físicas com Certificado de Registro (CR) de arma de fogo no Sistema de Gerenciamento Militar de Armas (Sigma) do Exército, observa-se um aumento de 473% nos últimos quatro anos[84] – envolvendo nessa categoria os já mencionados CACs. A esse respeito, vale observar o gráfico abaixo:

Número de Certificados de Registros (CR) ativos de Caçadores, Atiradores e Colecionadores (CAC) no SIGMA/Exército Brasileiro
Brasil - 2005-2022



Fonte: Exército Brasileiro; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.
(1) Dados atualizados em 1º de junho de 2022.

Atrela-se à construção desse panorama questões ligadas à destruição do Meio Ambiente, que chegou a índices alarmantes nos últimos anos. Conforme o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), mais de 7 mil Km^2 da Amazônia Legal foram desmatados entre janeiro e agosto de 2022[85]. É o maior número para o período desde o início da série histórica, ultrapassando os 6 mil Km^2 registrados no ano passado. Satélites de monitoramento pelo Inpe registraram mais de 39 mil alertas de focos de calor nos estados da grande Amazônia[86], a maior quantidade dos últimos 12 mil. O Pará lidera os índices, com concentração de 31,6% dos focos, seguido de perto pelo Amazonas (20,6%) e por Mato Grosso (19,5%). Outros biomas brasileiros, porém, também sofrem com a devastação, como é o caso do Cerrado. Segundo o Deter, sistema vinculado ao Inpe, entre janeiro e julho deste ano foram desmatados 4.091,6 Km2 do cerrado[87]. A situação é realmente alarmante nas diferentes frentes que compõem a questão do Meio Ambiente, fazendo com que o Brasil, nos últimos anos, deixasse a posição de carro chefe de medidas e modelo para outros países para uma condição de irrelevância e, mais que isso, de contestação por agências do mundo todo. Pesquisas desenvolvidas pelo Centro de Estudos Integrados sobre Meio Ambiente e Mudanças Climáticas da UFRJ alertam que é urgente reverter essa tendência crescente nas emissões de carbono no país[88], pelo que será decisivo barrar as taxas anuais de desmatamento, sobretudo na Amazônia, mas não apenas. Um sinal de esperança pode vir do discurso da vitória de Lula: "uma árvore em pé vale mais que toneladas de madeira extraídas"[89]. Resta saber como isso se efetivará na adoção de práticas que tomem a questão ambiental como foco de alavancagem do país em outros setores, como questão transversal a determinar o modo de tratamento dos outros temas que também são de crucial importância para o desenvolvimento econômico e social do Brasil. Em campanha, o agora presidente eleito prometeu a criação de um Ministério dos Povos Originários[90]. O que isso significará no campo das questões ambientais, contudo, será objeto de análises futuras.

6 – Conclusão

Essa é, em síntese, a realidade que será herdada pelo próximo governo no Brasil, altamente desafiada, em termos macrocósmicos, pelo que se pode configurar num

cenário global a partir de 2023, como pudemos realçar em nossa última análise de conjuntura, com possibilidade de crise no sistema financeiro europeu, baixo crescimento econômico em tempos de alta inflação, ascensão da extrema-direita na Europa e constantes escaladas no conflito na Ucrânia[91].

Em seu primeiro pronunciamento ao povo brasileiro como presidente eleito, Lula demonstra ter consciência do panorama que está posto, envolto em dificuldades de diferentes ordens. Isso é o que se pode realçar do seguinte trecho, retirado do discurso lido à multidão reunida na Avenida Paulista, em São Paulo, ainda na noite do dia 30 de outubro, cujo teor sinaliza para uma clara antecipação do discurso de posse, com os marcadores a partir dos quais se poderá mensurar a orientação de seu governo: "O povo brasileiro mostrou hoje que deseja mais do que direito de apenas protestar que está com fome, que não há emprego, que seu salário é insuficiente para viver com dignidade, que não tem acesso à saúde, à educação, que não há nenhuma perspectiva de futuro. O povo brasileiro quer viver bem, quer comer bem, quer morar bem. Quer um emprego, um salário justo, reajustado sempre acima da inflação. Quer ter saúde, educação, políticas públicas de qualidade. Quer liberdade religiosa. Quer livros em vez de armas. Quer ir ao teatro, ver cinema, ter acesso a todos os bens culturais, porque a cultura alimenta a nossa alma. O povo brasileiro quer ter de volta a esperança. É assim que eu entendo a democracia: não apenas como uma palavra bonita inscrita na lei, mas como algo palpável que sentimos na pele e que podemos construir no dia a dia"[92]. Note-se a menção explícita à liberdade religiosa, altamente contestada em campanha eleitoral, ou, mesmo, a menção a Deus nos agradecimentos iniciais. Tais indicadores visam superar a lógica do medo instaurada em diferentes setores da sociedade, mas, sobretudo, entre a parcela religiosa. É preciso, pois, insistir num discurso de pacificação dos ânimos, de construção colaborativa entre diferentes frentes, por um país melhor para todos, recuperando espaços que foram esquecidos pelo atual governo – note-se a recriação do Ministério da Cultura, por exemplo.

Nesse sentido, outro ator reverente e relevante será o Poder Judiciário, especialmente o STF. Lula terá a indicação de dois novos ministros em 2023, nas vagas de Rosa Weber e Ricardo Lewandowski, que chegam aos 75 anos e deverão se aposentar. Para além da função constitucional, nos últimos anos o protagonismo político do STF e de outras parcelas do Judiciário, a judicialização da política e a politização da justiça, exigirão uma consensualidade com o Senado Federal para aprovar os nomes indicados pelo Executivo nos próximos anos.

Em suma, tendo por base o cenário apontado pelas páginas anteriores, pode-se dizer que o maior desafio para o momento atual é político: a construção de um governo diferente do que já se praticou, **capaz de abrigar interesses heterogêneos**. Ainda que o resultado da eleição do último dia 30 de outubro e suas consequências em nível dos poderes constituídos da República possam ser considerados como endosso à salvaguarda da democracia no Brasil, tanto por parte do novo governo federal eleito quanto pelas reações de Jair Bolsonaro e sua equipe, com fidelidade ao ordenamento constitucional, sabemos **de nosso papel de constante vigilância e, sempre que necessário, também de denúncia**. É preciso que se apure, conforme os ritos processuais ordinários e o amplo direito à defesa, todas as denúncias de fraudes realizadas pelo governo de 2018 a 2022[93]. Nisso também se exerce o papel de vigilância e testemunho inerente ao exercício da fé cristã. A democracia não é uma realidade estabelecida de uma vez por todas. Desde a independência do Brasil, em 1922, ao menos 9 golpes já foram deflagrados, a maior parte em contexto da República[94]. Os últimos anos, porém, foram submetidos e aprovados num verdadeiro teste de fogo, pelo que é preciso elogiar as instituições que se mantiveram funcionais e responsáveis por

sustentar a vigência das "quatro linhas da constituição". Esse é o significado da democracia, mantida e aperfeiçoada às custas de esforços conjuntos com ação de todos os atores sociais. No histórico dessa construção, a Igreja Católica no Brasil – seja por parte da CNBB, isto é, da autoridade eclesiástica constituída, ou das mais diversas instâncias eclesiais – teve e permanece tendo um papel fundamental; papel esse que não pode ser banalizado e/ou desvirtuado de seu propósito, que tem, à luz do Evangelho, a intenção de colaborar permanentemente na promoção de um mundo digno e em que reine a justiça e a paz, acessíveis a todos. Foi o caso, por exemplo, da Nota da CNBB sobre a PEC 241[95], conhecida como a PEC do Teto de Gastos. O texto, publicado em 27 de outubro de 2016, imbuído de coragem evangélica, denunciava as consequências de uma emenda "injusta e seletiva", como verdadeira afronta aos princípios da Constituição Cidadã de 1988, o que se pôde comprovar, especialmente ao longo dos últimos anos.

A eleição de nenhum governo representa a plena consumação desse projeto, que exige constante colaboração entre múltiplas partes e o envolvimento de gerações e gerações a fio, até que se realize a plenitude dos tempos. Mas **é preciso reafirmar o papel da Igreja Católica na defesa permanente da democracia**, o que inclui tomar o seu lugar no cenário social mais amplo, promover o debate e, até mesmo, a manifestação pública de seus princípios e propósitos. Lembramos iniciativas recentes, como a campanha "Encantar a Política"[96], uma promoção diretamente ligada à CNBB, ou "Eu voto pela Amazônia"[97], organizada pela REPAM-Brasil. Ações como essas devem pautar permanentemente a formação dos católicos. É **momento de transformar discursos em ação concreta**, varrendo para longe as insídias da violência e do medo. Não se pode negar o crescimento, também internamente à comunidade católica, de seguimentos orientados por princípios da extrema-direita mundial, que de forma usurpadora se apropriaram dos valores tradicionalmente defendidos pelo cristianismo, como é o caso da vida, da família e da liberdade. Situações recentes, como a de um padre do interior de Goiás que abandonou a celebração da Missa por motivos políticos, fazem refletir sobre os potenciais alcances desse tipo de ideologia extremista[98]. Em seus discursos, vê-se claramente a promoção de mecanismos de divisão da comunidade e de manutenção da disputa do *nós* contra *eles*, completamente ao inverso do testemunho de Cristo (Lc 10,33-35; 19,1-10), sempre ao encontro dos que precisavam de sua presença; ou das constantes admoestações do Papa Francisco, pela construção de uma Igreja em saída[99] e de um mundo onde reine a amizade social, o que só se pode realizar tomando o ser humano como fim em si mesmo e jamais como meio para se alcançar objetivos econômicos e/ou de poder: "Para se caminhar rumo à amizade social e à fraternidade universal, há que fazer um reconhecimento basilar e essencial: dar-se conta de quanto vale um ser humano, de quanto vale uma pessoa, sempre e em qualquer circunstância"[100].

À guisa de conclusão, deixamos as palavras provocadoras do sociólogo português Boaventura de Sousa Santos: "[...] ***a vulnerabilidade da democracia é em boa medida auto-infligida pela arrogância em pretender ser a única condição para a legitimidade do poder em vez de assumir que a sua legitimidade estará sempre à beira do colapso numa sociedade socioeconômica, histórica, racial e sexualmente muito injusta***"[101]. Como **sinais de esperança**, no curto prazo, ressalta-se, enfim, a pouca aceitação das iniciativas de contestação do resultado eleitoral pela sociedade brasileira e o amplo reconhecimento internacional da importância estratégica e do papel do Brasil no ambiente de tensão que o mundo experimenta; no médio prazo, a formação de um Governo amplo (sinalizado pela equipe de transição), ao mesmo tempo em que o novo

Presidente reafirma ancorar-se numa proposta de diálogo e inclusão de todos os atores sociais, o que estimula o reforço à organização da sociedade civil.

---

[1] Este texto é um produto da equipe de Análise de Conjuntura da CNBB. É um serviço para a CNBB. Não representa, contudo, a opinião da Conferência. A equipe é formada por membros da Conferência, assessores, professores das universidades católicas e por peritos convidados. Participaram da elaboração deste texto: Dom Francisco Lima Soares – Bispo de Carolina – MA, Pe. Paulo Renato Campos – Assessor de Política da CNBB, Pe. Thierry Linard de Guertechin, S.J. (*in memoriam*), Antonio Carlos A. Lobão – PUC/Campinas, Francisco Botelho – CBJP, Gustavo Inácio de Moraes – PUC/Rio Grande do Sul, José Reinaldo F. Martins Filho – PUC/Goiás, Manoel S. Moraes de Almeida – Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP, Marcel Guedes Leite – PUC/São Paulo, Robson Sávio Reis Souza – PUC/Minas, Tânia Bacelar – UFPE, Maria Lucia Fattorelli – Auditoria Cidadã da Dívida, Melillo Dinis do Nascimento – Inteligência Política (IP) e Ricardo Ismael – PUC/Rio.

[2] Cf.: https://www.cnbb.org.br/wp-content/uploads/2022/10/A-Politica-Brasileira-e-Internacional-17.10.2022.pdf

[3] Cf.: https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Outubro/100-das-secoes-totalizadas-confira-como-ficou-o-quadro-eleitoral-apos-o-1o-turno

[4] Ranking das redes sociais mais usadas no Brasil, conforme checagem em agosto de 2022: https://www.escoladeecommerce.com/artigos/redes-sociais-mais-usadas-no-brasil/

[5] Cf.: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/12/12/redes-sociais-influenciam-voto-de-45-da-populacao-indica-pesquisa-do-datasenado

[6] Cf.: https://canaltech.com.br/internet/brasileiros-sao-os-que-mais-acreditam-em-fake-news-no-mundo-diz-pesquisa-156387/ Ou https://exame.com/mundo/60-das-pessoas-temem-cair-em-fake-news-diz-pesquisa-feita-em-10-paises/

[7] Cf.: https://www.tjpr.jus.br/noticias-2-vice/-/asset_publisher/sTrhoYRKnlQe/content/o-perigo-das-fake-news/14797?inheritRedirect=false

[8] Cf.: https://apublica.org/sentinela/2022/11/segundo-turno-teve-enxurrada-de-fake-news/

[9] Cf.: https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2022/09/apoio-de-felipe-neto-a-lula-no-instagram-passa-de-1-milhao-de-curtidas.shtml

[10] Cf.: https://veja.abril.com.br/coluna/virou-viral/casimiro-repudia-fake-news-de-flavio-bolsonaro-e-reforca-apoio-a-lula/

[11] Cf.: https://veja.abril.com.br/politica/o-papel-decisivo-de-janones-na-eleicao-de-lula/

[12] Cf.: https://g1.globo.com/pop-arte/noticia/2022/10/28/nemtodoheroiusacapa-atores-de-vingadores-pedem-que-fas-votem-no-2o-turno-das-eleicoes-no-brasil.ghtml

[13] Por exemplo, no final do quinto capítulo de sua obra *A Condição Humana*, a filósofa política Hannah Arendt explora a relação entre perdão e promessa como estabilizadores do mundo da política, conceitos religiosos acionados como legitimadores da ação. Ver ARENDT, H. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense, 2020. p. 292-306.

[14] Isso diz respeito ao que, para Paul Ricoeur representa a "cura da memória, operada pelo perdão". Ver mais em "O sentido ético do perdão em Paul Ricoeur: perdoar o imperdoável, de Fernando Acílio Saldanha, cf. DOI: http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-1091-7_9

[15] Cf.: https://oglobo.globo.com/politica/eleicoes-2022/noticia/2022/10/campanha-de-bolsonaro-pede-que-tse-investigue-se-radios-do-nordeste-deixaram-de-veicular-propaganda-obrigatoria.ghtml

[16] Cf.: https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/10/25/policiais-federais-atingidos-por-roberto-jefferson-tem-estilhacos-no-quadril-e-no-cranio.ghtml

[17] Cf.: https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/10/27/estilhacos-de-granada-foram-encontrados-em-casa-vizinha-a-de-roberto-jefferson-onde-acontecia-uma-festa-de-criancas.ghtml

[18] Cf.: https://cartacampinas.com.br/2022/10/veja-video-em-que-a-deputada-bolsonarista-carla-zambelli-tropeca-e-persegue-homem-negro/

[19] Ver análise de outubro de 2022: https://www.cnbb.org.br/analisedeconjuntura/

[20] Cf.: https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/politica/2022/10/bolsonaro-diz-que-vai-aceitar-resultado-das-eleicoes-isso-e-democrac.html

[21] Cf.: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/10/defesa-apresenta-documento-a-tse-mas-diz-que-so-entregara-relatorio-sobre-urnas-apos-2o-turno.shtml

[22] Cf.: https://www.tse.jus.br/comunicacao/radio/2022/Novembro/relatorio-das-forcas-armadas-confirma-seguranca-das-urnas-eletronicas

[23] Cf.: https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2022/10/27/picanha-mito-e-caminhonete-a-r-222-mil-mpe-apura-se-pfs-se-recusaram-a-prender-empresarios-bolsonaristas-por-crime-eleitoral.ghtml
[24] Cf.: https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2022/10/5048054-prf-dificulta-acesso-em-estradas-do-nordeste-denunciam-eleitores.html
[25] Cf.: https://www.tre-ma.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Outubro/decisao-da-je-sobre-transporte-publico-gratuito-busca-incentivar-eleitoras-e-eleitores-a-votarem-no-2o-turno
[26] Cf.: https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Outubro/combate-a-desinformacao-tse-derruba-mais-de-uma-centena-de-postagens-com-narrativas-enganosas
[27] Trecho da coletiva de imprensa, veiculada pelo portal da Record News: https://www.youtube.com/watch?v=F1lpm0sUDCc
[28] Cf.: https://oantagonista.uol.com.br/brasil/renovar-o-vinculo-de-amizade-diz-macron-sobre-eleicao-de-lula/
[29] Cf.: https://valorinveste.globo.com/mercados/brasil-e-politica/noticia/2022/10/30/lideres-de-espanha-franca-portugal-e-paises-latino-americanos-cumprimentam-lula.ghtml
[30] Cf.: https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2022/10/lula-pode-ir-a-cop27-a-convite-de-helder-barbalho-governador-do-para.shtml Ver também: COP27: cinco destaques do discurso de Lula na cúpula (uol.com.br)
[31] Cf.: Com discurso concorrido, Lula é festejado na COP27: 'alívio' e 'Brasil voltou' | Mundo | O Globo
[32] Veja mais em https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2022/11/16/integra-discurso-lula-cop27.htm?cmpid=copiaecola
[33] Cf.: https://resultados.tse.jus.br/oficial/app/index.html#/eleicao/resultados/cargo/1
[34] Cf.: https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/noticia/2022/10/30/abstencao-no-2o-turno-e-a-menor-desde-2006-e-cai-pela-primeira-vez-em-relacao-ao-1o-turno.ghtml
[35] Cf.: https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/noticia/2022/10/30/abstencao-no-2o-turno-e-a-menor-desde-2006-e-cai-pela-primeira-vez-em-relacao-ao-1o-turno.ghtml
[36] Cf.: https://congressoemfoco.uol.com.br/area/pais/orcamento-secreto-e-o-maior-esquema-de-corrupcao-institucionalizada-da-historia-diz-diretor-da-transparencia-internacional/
[37] Cf.: https://www.dw.com/pt-br/bolsonaro-fez-com-a-prf-o-que-n%C3%A3o-conseguiu-com-a-pf/a-63611689
[38] Conferir seu próprio site pessoal: https://www.nikolasferreira.com/o-cristao-e-a-politica-rv/
[39] Fonte: https://www.bbc.com/portuguese/brasil-63435332
[40] Cf.: https://valor.globo.com/politica/eleicoes-2022/noticia/2022/10/31/catolicos-e-sem-religiao-ajudaram-lula-a-contrapor-preferencia-por-bolsonaro-entre-evangelicos-aponta-estudo.ghtml
[41] Divulgado n´*O Globo*, de 03/11/2022, p. 6.
[42] Cf.: https://valor.globo.com/brasil/noticia/2022/11/01/silencio-de-bolsonaro-e-criticado-por-militares-que-esperam-desbloqueio-de-estradas-por-policias.ghtml
[43] Cf.: https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1586553183584780289?ref_src=twsrc%5Egoogle%7Ctwcamp%5Eserp%7Ctwgr%5Etweet
[44] Cf.: https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/10/nao-e-hora-de-parar-o-brasil-diz-um-dos-lideres-de-greve-dos-caminhoneiros-de-2018-veja-video.shtml
[45] Cf.: https://www.gazetadopovo.com.br/eleicoes/breves/ministerio-publico-de-sp-diz-que-bloqueios-nas-rodovias-sao-causados-por-organizacao-criminosa/
[46] Cf.: https://valor.globo.com/politica/eleicoes-2022/noticia/2022/10/30/bolsonaristas-nao-aceitam-derrota-para-lula-e-fecham-rodovias-em-mt-sc-e-rs.ghtml
[47] Cf.: https://www.bbc.com/portuguese/brasil-63460011
[48] Cf.: https://jc.ne10.uol.com.br/colunas/jamildo/2022/11/15111934-paralisacao-caminhoneiros-diretor-geral-da-prf-sera-preso-por-desobediencia-veja-decisao-do-stf.html
[49] Cf.: https://www.metropoles.com/brasil/governadores-anunciam-uso-da-pm-para-desbloquear-vias-de-bolsonaristas
[50] Cf.: https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/gavioes-da-fiel-desfaz-bloqueios-de-apoiadores-de-bolsonaro-em-viagem-para-jogo-do-corinthians/
[51] Cf.: https://paineldx.notion.site/paineldx/DX-O-golpismo-contra-as-urnas-an-lise-de-atores-e-narrativas-6a22d979e9114cec830fd8392c81ecf4
[52] Cf.: https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2022/11/14/policia-procura-suspeito-de-ameacar-bispo-com-arma-de-fogo-em-porta-de-igreja-na-grande-bh.ghtml
[53] Cf.: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2022/11/14/interna_politica,1421011/viagem-de-ministros-do-stf-aos-eua-tem-xingamentos-e-ameacas.shtml

[54] Cf.: https://veja.abril.com.br/brasil/protesto-na-frente-de-exercito-tem-clima-de-copa-e-de-capitolio-fracassado/
[55] Cf.: https://politico.painelpolitico.com/em-nota-conjunta-forcas-armadas-dizem-que-manifestantes-podem-continuar-nos-quarteis-mas-que-nao-vai-ter-golpe/
[56] Cf.: https://politica.estadao.com.br/blogs/timeline-eleicoes-2022/prf-caminhoneiros-protestos/
[57] Ler ou assistir ao discurso na íntegra em: https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/noticia/2022/11/01/veja-e-leia-a-integra-do-discurso-de-bolsonaro-dois-dias-apos-derrota-em-segundo-turno.ghtml
[58] Cf.: https://www.bbc.com/portuguese/brasil-63435412
[59] Cf.: https://www.opovo.com.br/eleicoes-2022/2022/11/03/nao-queremos-mais-bolsonaro-queremos-o-exercito-diz-lider-de-ato-golpista.html
[60] Cf.: https://www.gazetadopovo.com.br/republica/manifestacoes-contra-eleicao-de-lula-tomam-as-ruas-de-grandes-cidades/
[61] Cf.: https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2022/11/5049008-em-video-bolsonaro-pede-a-manifestantes-que-desobstruam-rodovias.html
[62] Cf.: https://www12.senado.leg.br/tv/programas/noticias-1/2022/11/ministro-chefe-da-casa-civil-conduzira-transicao-de-governo
[63] https://www12.senado.leg.br/tv/programas/noticias-1/2022/11/entenda-o-que-e-transicao-de-governo-alckmin-foi-indicado-para-coordenar-equipe-de-transicao
[64] Incumbente é um anglicismo, ainda não amplamente incorporado à linguagem comum, fora a ciência política, que denomina os políticos em exercício do cargo (os incumbentes).
[65] Fonte: https://www.poder360.com.br/podereleitoral/conheca-os-27-governadores-eleitos-em-2022/
[66] Fonte: AGF Consultoria. Disponível em https://www.agfadvice.com.br/eleicoes-2022-quem-sao-os-governadores-eleitos/. Acesso em 7. nov. 2022.
[67] Cf.: https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2022/10/30/desafios-lula-2023
[68] Cf.: https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/09/30/desemprego-recua-para-89percent-em-agosto-aponta-ibge.ghtml
[69] Cf.: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/601316/RAF69_OUT2022_Apresentacao.pdf
[70] Cf.: https://www.hypeness.com.br/2018/08/sem-previdencia-publica-chile-tem-numero-recorde-de-suicidio-de-idosos/
[71] Cf.: https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/wp-content/uploads/2022/08/BOLETIM_DESIGUALDADE-NAS-METROPOLES_09-1.pdf
[72] Ver Desigualdades sociais por cor e raça no Brasil, na SÍNTESE DE INDICADORES SOCIAIS Uma análise das condições de vida da população brasileira, de 11 de novembro de 2022.
[73] Cf.: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/34052-em-2021-rendimento-domiciliar-per-capita-cai-ao-menor-nivel-desde-2012#:~:text=O%20rendimento%20m%C3%A9dio%20mensal%20domiciliar%20por%20pessoa%20caiu%206%2C9%25%20em%202021%20e%20passou%20de%20R%24%201.454%20em%202020%20para%20R%24%201.353.%20Este%20%C3%A9%20o%20menor%20valor%20da%20s%C3%A9rie%20hist%C3%B3rica%2C%20iniciada%20em%202012%2C%20da%20Pesquisa%20Nacional%20por%20Amostra%20de%20Domic%C3%ADlios%20(PNAD)%20Cont%C3%ADnua%3A%20Rendimento%20de%20todas%20as%20fontes%202021
[74] Cf.: https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf
[75] Cf.: Teto de gastos foi 'furado' cinco vezes no governo Bolsonaro; veja a lista | Economia | G1 (globo.com)
[76] Cf.: https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/3-em-cada-10-criancas-no-brasil-nao-receberam-vacinas-que-salvam-vidas
[77] Cf.: https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/3-em-cada-10-criancas-no-brasil-nao-receberam-vacinas-que-salvam-vidas
[78] Cf.: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/09/30/consultorias-alertam-que-saude-tera-menor-orcamento-dos-ultimos-10-anos-em-2023
[79] Cf.: https://www12.senado.leg.br/orcamento/documentos/estudos/tipos-de-estudos/notas-tecnicas-e-informativos/nota-tecnica-conjunta-5-2022-subsidios-a-apreciacao-do-ploa-para-2023-pl-no-32-2022-cn
[80] Página 14: https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=5
[81] Página 16: https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=5
[82] Página 16: https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=5
[83] Cf. Análise de conjuntura de abril de 2022: https://www.cnbb.org.br/wp-content/uploads/2022/04/Analise-de-Conjuntura-Social-OS-CLAMORES-DO-MEU-POVO.pdf
[84] Página 277: https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=5

[85] Cf.: https://infoamazonia.org/2022/09/22/as-vesperas-das-eleicoes-amazonia-tem-recorde-de-desmatamento-e-de-queimadas/
[86] Cf.: https://infoamazonia.org/2022/09/22/as-vesperas-das-eleicoes-amazonia-tem-recorde-de-desmatamento-e-de-queimadas/
[87] Cf.: https://www.wwf.org.br/?83129/Desmatamento-cresceu-28-no-Cerrado-e-7-na-Amazonia-em-2022#:~:text=O%20fim%20de%20julho%20marca,(3.921%2C6%20km%C2%B2).
[88] Página 6: https://clima2030.org/wp-content/uploads/2022/09/Cenario-Continuidade.pdf
[89] Cf.: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2022/10/30/interna_politica,1414799/lula-uma-arvore-em-pe-vale-mais-do-que-toneladas-de-madeira-extraidas.shtml
[90] Cf.: https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/11/indigenas-comecam-a-trabalhar-em-propostas-para-lula-e-ministerio-dos-povos.shtml
[91] Cf. Análise de conjuntura de outubro de 2022: https://www.cnbb.org.br/wp-content/uploads/2022/10/A-Politica-Brasileira-e-Internacional-17.10.2022.pdf
[92] Ver discurso completo em: https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2022/10/30/leia-a-integra-do-pronunciamento-de-lula-apos-o-resultado-da-eleicao.htm
[93] Cf.: https://jornalistaslivres.org/relembre-os-casos-de-corrupcao-do-governo-bolsonaro/
[94] Cf.: https://brasilescola.uol.com.br/historia/quantos-golpes-estado-houve-no-brasil-desde-independencia.htm#:~:text=Ao%20menos%20nove%20golpes%20de,ano%20da%20Independ%C3%AAncia%2C%20at%C3%A9%20hoje.&text=O%20Brasil%20s%C3%B3%20se%20tornou,Pedro%20I.
[95] Cf.: Nota da CNBB sobre a PEC 241 - CNBB
[96] Cf.: https://cnlb.org.br/encantarapolitica/
[97] Cf.: https://repam.org.br/votopelaamazonia/
[98] Cf.: https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2022/11/07/padre-tira-a-batina-e-abandona-missa-apos-discussao-politica-em-igreja-de-neropolis.ghtml
[99] Cf.: https://www.vaticannews.va/pt/papa/news/2019-11/papa-francisco-discurso-encontro-igreja-em-saida-livre-simples.html
[100] Cf.: Fratelli Tutti, n. 106. Ver: Fratelli tutti (3 de outubro de 2020) | Francisco (vatican.va)
[101] Cf.: https://outraspalavras.net/estadoemdisputa/boaventura-a-estrategia-da-direita-global-contra-lula/